

Agora, um momento de crédito e confiança para a Educação.

Luiz Ferri de Barros

Em conformidade com o maciço desejo nacional de mudanças do modelo político-sócio-econômico qual será o papel da Educação na Nova República?

A Educação Popular pode desempenhar o papel de um dos mais importantes instrumentos de mudança a médio prazo e sem dúvida é uma das únicas formas de garantir a permanência de um processo contínuo e ininterrupto de mudanças e progressos sociais sadios a longo prazo.

Responde-se assim a uma clássica e permanente indagação primordial na formulação de políticas educacionais: "Deve o sistema escolar ser instrumento de manutenção e reprodução da ordem social existente ou deve ser instrumento de alterações e mudanças na estrutura social?" Está claro que o papel da Educação Popular no atual momento político-social brasileiro deve ser o de ajudar a propiciar de maneira sólida e responsável, dentro de seus limites de atuação, as condições para as profundas alterações da estrutura social desejadas pelos cidadãos e exigidas pela nacionalidade.

Oxalá os mandatários da Nova Repúbli-

ca tenham a sensibilidade para perceber isto e a capacidade para equacionar as maneiras corretas de utilização deste instrumento colossal.

A esperança de todos é que a educação popular no novo governo seja conduzida de maneira conseqüente com o grande desejo nacional de mudança social, ainda que os primeiros passos para a composição do setor educacional suscitem preocupação. Salvo breves menções em discursos do presidente eleito, o setor educacional nada mais tem a observar nesta alvorada da Nova República do que a deprimente maneira como foi considerado o Ministério da Educação na corrida pelos cargos ministeriais. Ao que consta, o futuro ministro, senador Marco Maciel, desprezou o posto — assim com todos os outros "ministeriáveis". É lastimável que, na composição de um governo voltado para o Homem e a reconstrução nacional, esse ministério tenha sido considerado um "abacaxi" na disputa política. Maciel, tido como um dos mais lúcidos políticos brasileiros, com alardeada estatura de estadista e ambições presidenciais, só teria

aceito a Pasta da Educação após refugar três vezes e depois de dois apelos diretos de Tancredo Neves, uma reprimenda pública de Aureliano Chaves e uma noite de persuasão de José Sarney. Refugou três vezes, segundo o noticiário da imprensa, pois re-negou a "sondagem" do seu nome, refutou o "apelo" a sua capacidade e só se rendeu a "convocação" de sua pessoa.

Ora! O termo "convocação" tão em moda até recentemente e exaustivamente utilizado pelos tecnocratas e militares me faz lembrar a arrogância e empáfia de Pedro I ao pronunciar o seu famoso: "Se for para o bem de todos e a felicidade geral da Nação..." Assim vemos a Nova República estruturar-se no setor educacional ao estilo das declarações dos próceres militares e de um futuro imperador ainda no tempo do Brasil colônia.

Cogitam os analistas políticos de que Maciel só aceitou afinal pronunciar o seu "fico" para não ser crucificado por seus correligionários da Frente Liberal — assim como pela imprensa e cidadãos pernambucanos — por deixar passar a oportunidade

de mais um cargo ministerial para o partido e o Nordeste.

O futuro ministro resigna-se a aceitar um cargo que não deseja e para o qual não tem planos... Convenhamos que estas não são circunstâncias alvissareiras para a formulação de uma nova política educacional brasileira — muito menos no que tange à concepção e desenvolvimento de abrangentes programas de educação popular com o objetivo de formação de uma cidadania consciente de seus direitos, esclarecida de seus deveres e capaz de exercer continuamente seu papel de fiscalização do Estado e reivindicação permanente de justiça econômico-social, utilizando-se de meios democráticos e não violentos.

A despeito das considerações acima enunciadas é positivo para a Educação brasileira ter como seu ministro um político do peso e prestígio de Marco Maciel. Educadores ou intelectuais restritos a suas experiências acadêmicas ou tecnocratas bitolados por suas estatísticas não seriam hoje opções adequadas. As habilidades e forças de um político podem melhor permitir o

equacionamento do problema educacional em suas reais dimensões político-sociais e, principalmente, garantir tanto uma maior mobilização social para resolução das carências do setor quanto a efetiva aplicação dos recursos financeiros, constitucionalmente destinados à Educação e que têm sido sistematicamente bloqueados pelos czares da Economia. Por isso o momento é de crédito e confiança.

Esperamos do futuro ministro, agora decidido a assumir o Ministério da Educação e comprometido com a comunidade educacional, que empregue todo o seu reconhecido talento e lucidez na tarefa de formação da juventude e recuperação dos adultos marginalizados. Capacidade pessoal não lhe falta nem faltam no Brasil educadores e técnicos do mais alto gabarito que possam assessorá-lo na adequação da política educacional aos novos tempos, de forma a extingui-la no que ela representa de reprodução de uma realidade social indesejável, transformando-a no instrumento maior da construção democrática brasileira. Aguardemos.